

Produção de conhecimento científico:
a particularidade do serviço social
brasileiro/ *production of scientific knowledge:
the particularity of Brazilian social service*

MÔNICA BARROS DA NÓBREGA*
CLEOMAR CAMPOS DA FONSECA**

Resumo: Tomamos como objeto de nosso artigo a produção de conhecimento científico e a particularidade do Serviço Social brasileiro neste âmbito, considerando a sua importância para o debate acerca dos desafios e possibilidades postos a uma profissão na sua trajetória enquanto produtora de conhecimentos. As reflexões aqui apresentadas resultam de investigações teóricas que vêm sendo realizadas no curso de Doutorado em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, com o objetivo de analisar a produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro e a sua relação com o projeto ético-político da profissão.

Palavras-chave: Capitalismo. Produção de conhecimento científico. Serviço Social. Projeto ético-político.

Abstract: We take as the object of our paper the production of scientific knowledge and the particularity of the Brazilian Social Work in this area, considering its importance to the debate about the challenges and possibilities of jobs in a profession in its history as a producer of knowledge. The ideas presented here are the result of theoretical research that has been made in the Doctorate in Social Work at the Federal University of Pernambuco, with the aim of analyzing the production of knowledge in the Brazilian

* Assistente Social, professora do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba e doutoranda em Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco

** Assistente Social, professora do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, mestre em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba e doutoranda em Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco.

Social Work and its relationship with the ethical and political project of the profession.

Key words: Capitalism. Production of scientific knowledge. Social work. Ethical and political project.

Introdução

A produção de conhecimento científico, e aqui particularmente na área de Serviço Social, tem fundamental relação com o desenvolvimento da sociedade, em particular com as configurações que assume o mundo do trabalho, de modo que, numa perspectiva dialético-crítica, é impossível analisá-la de maneira autônoma sem incorrer em fragmentação da realidade e negação da totalidade social. Neste sentido, para aprofundarmos teoricamente a problemática da produção de conhecimentos no Serviço Social hoje e sua relação com o projeto ético-político profissional, é imprescindível compreendermos as especificidades do modo de produção capitalista e a possibilidade de se produzir conhecimentos que não reiterem o instituído.

Foi no século XIX que se concretizou a subsunção real do trabalho ao capital e a inter-relação entre a ciência e a produção. A ciência, nas análises de Meszáros (2004), perdeu sua relativa autonomia, passando a atender aos interesses da produção e da classe detentora do capital. Porém, o capitalismo, em decorrência das suas contradições e antagonismos, também possibilita a produção de conhecimentos que escapa ao quadro de submissão ao capital (ANDERY, et. al., 2006).

Atualmente o capitalismo, em sua etapa de crise estrutural, instaura o que Alves (2009) denomina de estado de “barbárie social”, pois contém os elementos de negação contínua da própria civilização. Ciência, Estado e capitalismo assumem características adequadas a um progresso técnico-científico vinculado à lógica do capital.

Para o Serviço Social, inserido na contradição capital x trabalho e norteador por um projeto ético-político que faz opção pelos interesses da classe trabalhadora, o conhecimento da sociabilidade capitalista torna-se decisivo para uma atuação profissional consequente em favor dos sujeitos a quem são dirigidos os serviços sociais.

Neste sentido é que desde a década de 1970 vem produzindo conhecimentos que, ao longo deste período, têm apresentado tendências e regularidades típicas de uma profissão que se move num terreno demarcado por interesses contraditórios.

Nosso trabalho acha-se organizado em duas partes. A primeira toma a discussão sobre a produção do conhecimento científico e suas determinações, contemplando a temporalidade histórica do modo de produção capitalista.

A segunda parte trata da discussão sobre a produção de conhecimentos no Serviço Social brasileiro e a sua relação com o projeto ético-político da profissão. Tecemos, a título de conclusão, algumas considerações finais.

Produção de conhecimento científico na ordem do capital: discutindo suas determinações

A produção de conhecimento científico não é prerrogativa do homem contemporâneo. É possível identificar, conforme Andery et. al. (2006), a constante tentativa histórica do homem para entender o mundo e a si mesmo e, como marca comum aos diferentes momentos do processo de construção deste conhecimento, a inter-relação entre necessidades humanas e o conhecimento produzido. Ao mesmo tempo em que estas necessidades atuam como geradoras de explicações, também vão se transformando a partir, entre outros fatores, do conhecimento produzido.

Assim, a ciência é, pois, uma instituição humana, com todas as suas particularidades históricas. Parte das ideias produzidas pelo homem para satisfazer necessidades materiais, portanto, por elas determinadas e nelas interferindo. É uma atividade metódica que, ao se propor conhecer a realidade, tenta atingir essa meta por meio de ações passíveis de serem reproduzidas (ANDERY et. al., 2006).

Discutindo a relação teoria - prática, no âmbito da perspectiva marxista, Kameyama (1995) comenta que, na busca pela satisfação de suas necessidades materiais, o homem, enquanto ser genérico, trabalha, transformando a natureza, criando-se a si mesmo e produzindo conhecimento. Conhecimento radicado na prática social, entendido como processo historicamente constituído que nasce como necessidade objetiva e prática no âmbito do ato de trabalho.

No pensamento marxiano, afirmam Netto e Braz (2006), quanto mais o ser social se desenvolve, mais as suas objetivações transcendem a esfera diretamente ligada ao trabalho. No ser social desenvolvido verificam-se existências de objetivações que se autonomizam das exigências imediatas do trabalho, como sejam: a ciência, a arte etc. Daí poder-se dizer que o ser social é mais que trabalho e que existem formas de práxis voltadas para o controle e a exploração da natureza e formas para influir no comportamento e na ação dos homens.

No modo de produção capitalista as objetivações humanas, com destaque para o trabalho e a ciência, sofrem determinações que as tornam distantes do atendimento das reais necessidades humanas. O trabalho assume a característica de abstrato e a ciência vincula-se aos interesses do capital.

Com a Revolução Industrial, no século XIX, de acordo com Andery et. al. (2006), o desenvolvimento científico e tecnológico

passa a ser objeto sistemático de planejamento e de políticas governamentais, dado que as alterações no modo de produção do conhecimento vão requerendo progressivamente maiores recursos e sofisticados aparatos institucionais e instrumentais. A produção científica e o desenvolvimento tecnológico passam a ocupar, cada vez mais, um lugar de destaque no próprio centro do sistema produtivo. Desta forma, ciência e tecnologia (C&T) tendem a se fundir e a se confundir, envolvidas ambas no processo de valorização do capital.

Assistiu-se no século XIX à expansão das forças produtivas, da economia e da riqueza, associadas ao imenso avanço da ciência. O pensamento deste período foi profundamente marcado pela ascensão econômica e política da burguesia e tendeu a refletir as ideias, interesses e necessidades desta classe.

Foi nesse cenário que se consolidou a concepção burguesa de ciência, a qual, conforme Lara (2007), potencializa o desenvolvimento do conhecimento segundo a ótica do capital. Um conhecimento voltado para interesses produtivos, o que limita a relação do saber com o mundo dos homens e colabora para a compreensão do homem e da sociedade como partes isoladas da dinâmica social e da tecedura histórica. Nesta vertente, o conhecimento está fragmentado, especializado, hierarquizado e voltado para o avanço das forças produtivas. É considerado neutro, como roga o preceito positivista de cunho conservador, estando a serviço do progresso e do bem-estar de toda a humanidade.

Para Meszáros (2004), o grande dilema da ciência moderna é que o seu desenvolvimento esteve sempre ligado ao dinamismo contraditório do próprio capital. Para o autor, a impossibilidade de separar a ciência e a tecnologia modernas deste perverso dinamismo está destinada a permanecer conosco enquanto não for concretizada uma tentativa consciente e socialmente viável para produzir e manter a necessária separação.

A realização da separação entre a ciência e as determinações capitalistas destrutivas só é concebível, conclui Meszáros (2004), se a sociedade como um todo escapar da órbita do capital e estabelecer um novo campo em que as práticas científicas possam florescer a serviço dos objetivos humanos. A definição da responsabilidade social da ciência é hoje particularmente imprescindível.

A transformação da base econômica provoca, necessariamente, mudanças em toda a sociedade, o que implica outro modo de produção, que altera tanto a base material quanto a base espiritual da sociedade, como escreveu Marx e Engels (1999).

No âmbito das contradições internas próprias ao capitalismo, em condições históricas favoráveis, a ciência produz também ideias que escapam ao quadro de submissão ao capital, e as ciências humanas, dada a especificidade de seu objeto de estudo, encontram-se em privilegiada posição no que se refere à produção dessas ideias (ANDERY et. al. , 2006).

Neste sentido, podemos tomar como exemplo emblemático o conhecimento produzido por Marx, que, ao construir seus sistemas explicativos da sociedade burguesa e da história, admitindo que o conhecimento seja determinado pela matéria, estabeleceu as bases metodológicas e os princípios epistemológicos que orientaram sua análise. Elaborou uma perspectiva teórico-metodológica que apresenta os caminhos à apreensão do mundo dos homens na sua concretude histórica e os passos possíveis para a superação da lógica do capital pela lógica do trabalho.

Na perspectiva de Marx, podemos observar que existe um claro rompimento com a concepção burguesa de ciência. É no clássico livro *A Ideologia Alemã* que estão explícitas as suas concepções sobre o conhecimento da realidade, ressaltando a sua função transformadora. Para Marx e Engels, “os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras: o

que importa é transformá-lo” (MARX; ENGELS, 1999, p. 14). Assim, o conhecimento não é contemplativo, pois se refere ao real, que é síntese de múltiplas determinações, mas pressupõe, implica a possibilidade de transformação deste real. Portanto, um conhecimento comprometido com uma via de transformação.

O conhecimento científico, nas análises de Marx e Engels, adquire o caráter de ferramenta a serviço da compreensão do mundo para a sua transformação, que deve ocorrer em função dos interesses daqueles que são os reais produtores da riqueza. Ou seja, dos trabalhadores que, por sua própria condição histórica, estão em antagonismo com os donos do capital. Com esta concepção, perde-se a expectativa de se produzir conhecimento neutro, conhecimento que mantenha o mundo tal como é.

Desde então, a tradição marxiana vem sendo, nas Ciências Sociais e Humanas, a perspectiva que se contrapõe à apologética burguesa. Segundo Andery et. al. (2006), a partir de Marx se constituiu uma nova visão, uma concepção alternativa para a produção do conhecimento científico que até hoje tem sido debatida, adendada, contestada, adotada.

Com a sociedade capitalista, o conhecimento científico irá expressar tendências contrapostas na apreensão do ser e das relações sociais instituídas. Assim, o positivismo e a teoria social de Marx serão as grandes matrizes do conhecimento do social que irão revelar concepções de mundo e pontos de partida distintos (COSTA; HOLANDA, 2008).

O horizonte analítico positivista, segundo Guerra (1995), modo de pensar típico da sociabilidade capitalista, restringe a visão de teoria ao âmbito do verificável, da experimentação e da fragmentação. Não vislumbra transformações, voltando-se antes para ajustes e conservação. Por outro lado, o pensamento de Marx funda uma teoria social que resgata a totalidade social

e coloca a questão da transformação. Portanto, o conhecimento está internamente ligado à transformação.

Enfim, numa sociedade constituída por classes antagônicas e permeada pela luta dos interesses em conflito, a produção de conhecimento pode assumir distintos papéis, pois “a luta de classe também envolve, fundamentalmente, a luta do conhecimento, a luta das concepções, da desmistificação” (KAMEYAMA, 1995, p. 110).

Portanto, o conhecimento pode, é certo, como observaram Tristão et. al. (2009), ser instrumento revolucionário, que desvela a essência dos elementos que constituem e movem a sociedade, expressando o seu caráter contraditório e criando as bases para a sua superação. Por outro lado, pode ser um instrumento apologético, num movimento contra-revolucionário que não demonstra compromisso algum com a explicação da realidade, porém apenas com a sua justificação.

Como classe dominante, conforme os autores acima citados, a burguesia, historicamente, vem tentando mistificar e justificar a realidade social do modo de produção capitalista. Com o domínio das bases materiais, econômicas e das ideologias e conhecimentos produzidos sobre essas bases, terminam por criar teorias e métodos que distorcem a realidade social.

Com a declaração da ciência como neutra, através do arcabouço ideológico positivista, concluem os autores, a burguesia utilizou-se da fragmentação das Ciências Sociais e Humanas para impedir o conhecimento da realidade social por parte da classe trabalhadora. O compromisso era, portanto, com a manutenção da ordem estabelecida. Essa característica da produção de conhecimentos assume faces ainda mais mistificadoras na atual fase de mundialização do capital. Etapa na qual as contradições típicas

do capitalismo se manifestam com intensidade e o desvelamento desta essência torna-se uma ameaça ao domínio da burguesia.

Neste contexto, tendem a se acirrar, num grau qualitativamente novo, as contradições entre relações sociais de produção e forças produtivas sociais, colocando, deste modo, obstáculos estruturais ao desenvolvimento social sustentável e violando nossa relação com a natureza, minando as condições fundamentais da sobrevivência humana (ALVES, 2008).

As práticas sociais da acumulação por espoliação, de acordo com o autor, o conjunto de coerções e apropriações de capacidades, relações sociais, conhecimentos, hábitos, pensamento e crenças, além da apropriação e da cooptação de realizações sociais e culturais as mais diversas, constituem hoje elementos das inovações sócio-metabólicas do capital. Elas sedimentam a sociabilidade da predação e a cultura do medo, que constituem um ambiente social (e emocional) propício para os novos consentimentos espúrios, pressupostos do novo modelo produtivo.

Portanto, no século XXI o capitalismo, o Estado e a ciência formam a tríade que possibilita certo tipo de desenvolvimento e de progresso, o qual, ao mesmo tempo em que gera e amplia capital, exclui os que de fato produzem a riqueza da humanidade. A ciência afastou-se de seus objetivos positivos e assumiu o papel de auxiliar na multiplicação das forças e modalidades de destruição.

Produção de conhecimento no serviço social brasileiro e sua relação com o projeto ético-político da profissão

O Serviço Social, enquanto uma profissão inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho, como assegura Iamamoto (2007), não surge com a função primeira de produzir conhecimentos que articulem um campo peculiar do saber, ainda que se inscreva no campo das Ciências Sociais Aplicadas. Mas, o fato de constituir-se

uma profissão, trazendo uma característica fundamental de ação na sociedade não lhe nega a possibilidade, a condição e a necessidade de produzir conhecimentos, os quais, além de se constituírem uma ferramenta fundamental para desvendar a realidade e subsidiar a construção de alternativas críticas no enfrentamento da questão social, poderão contribuir para o crescimento do patrimônio científico das Ciências Humanas e Sociais.

Embora tenha surgido no Brasil nos anos 1930 e se institucionalizado na década de 1940, apenas nos anos 1970, na vigência da ditadura militar no país, é que a produção do conhecimento nesta área inicia-se, justamente quando são criados os primeiros cursos de Pós-Graduação em Ciências Sociais e, particularmente, em Serviço Social. Fato que expressa a sua jovialidade nesta trajetória.

A partir daí o Serviço Social vem se debruçando sobre os desafios que a história tem descortinado à profissão, dialogando e se apropriando do debate intelectual da contemporaneidade no campo das Ciências Sociais do país e do exterior. Desenvolveu-se na pesquisa sobre a natureza de sua intervenção, de seus procedimentos, de sua história e, principalmente, acerca da realidade social, política, econômica e cultural, na qual se insere. Adquiriu o respeito de seus iguais no âmbito interdisciplinar e conseguiu visibilidade na interlocução com as Ciências Sociais (YAZBEK, 2000).

Na década de 1980, mais precisamente em 1984, foi inserido na área das Ciências Sociais, quando estas passaram a ser reconhecidas como um campo específico do conhecimento, apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Em 1986, passa a se inserir no Comitê de Psicologia Social e Serviço Social. Neste momento, será legitimado como área de produção de conhecimento pelo CNPq e pela

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Portanto, é, conforme Sposati (2007), após o processo de reconceitualização e, com ele, da construção da identidade social latino-americana do Serviço Social que, ao questionar sua base científica europeu-americana, a preocupação com o conhecimento no e para o Serviço Social se fortalece. Esse processo tem na implantação da Pós-Graduação uma força singular.

Nos anos 1980, numa dinâmica social marcada pela ascensão das lutas sociais no Brasil, no Serviço Social brasileiro inauguram-se conquistas teórico-metodológicas, cujo acúmulo - aprofundado nas décadas seguintes - tem no centro do debate o deciframento da questão social. Ao adotar o pensamento de Marx como direção, o Serviço Social assume explicitamente a proposta de apreensão da totalidade social, implicando desafios em cuja base se inscreve uma formação pautada na pesquisa, sobretudo no conhecimento do processo de acumulação capitalista (TAVARES, 2008).

O vínculo entre a produção do conhecimento em Serviço Social e o processo sócio-histórico gerou a capacidade de interlocução entre os pesquisadores provindos desta área com aqueles ligados a outros saberes. Ampliou-se a inserção e a interlocução interdisciplinar e, assim, a garantia de reconhecimento científico dessa perspectiva de análise do real, pautada numa direção social da prática profissional orientada por um projeto ético-político (SPOSATI, 2007).

Projeto este que, a partir da quebra do quase monopólio do conservadorismo na profissão e do amadurecimento teórico e político no interior da categoria profissional, na passagem dos anos 1980 para os anos 1990 configurou-se em sua estrutura básica. Com sua direção social e política vinculou-se a um projeto societário, com raízes na vida social brasileira, antagônico aos

das classes exploradoras, tendo em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central e se posicionando em favor da equidade e da justiça social (NETTO, 2007).

Segundo Braz (2007), são três as dimensões constitutivas desse projeto, quais sejam: uma dimensão teórica, que envolve o conjunto da produção de conhecimentos no Serviço Social; uma dimensão jurídico-política, identificada no âmbito dos construtos legais da profissão (leis estritamente profissionais e legislação social mais ampla) e uma dimensão político-organizativa, ancorada nos fóruns coletivos das entidades representativas do Serviço Social.

Para o autor, os desdobramentos objetivos dessas três dimensões permitiram que se articulassem os elementos constitutivos do projeto que se tornou hegemônico ao longo dos anos 1980 e 1990 no Serviço Social brasileiro. A vinculação histórica deste projeto à proposta de sociedade, na época, aspirada pela classe trabalhadora colocou o Serviço Social em frontal oposição à concepção das classes dominantes, que vem atendendo as exigências do neoliberalismo mundial, liderado pelas forças do capital financeiro.

Por essa razão é que, do ponto de vista neoliberal, defender e implementar este projeto é marchar na contramão da história. E do ponto de vista estritamente profissional implica o compromisso com a competência, que tem como base o aprimoramento intelectual do assistente social (NETTO, 2007).

Podemos dizer que o Serviço Social brasileiro, em seus mais de 30 anos de história no campo da produção científica, muito avançou em relação ao seu passado remoto. Hoje, conforme já identificou Kameyama, se encontra consolidado enquanto produtor de conhecimentos, não limitando-se simplesmente à mera condição de consumidor. Observa-se, pois, que o Serviço Social vem contribuindo para o enriquecimento do saber no

campo das Ciências Sociais e Humanas, bem como vem buscando referências no conjunto de saberes dessas Ciências.

Analisando a elaboração teórica do Serviço Social brasileiro, diversos analistas da área ressaltam a característica particular desta produção, ou seja, o seu caráter contra-hegemônico. Para Yazbek (2005), por exemplo, tal característica se expressa na sua opção pelos interesses das “classes subalternas”. Um conhecimento, como afirma Sposati (2007), que não se guia pelas normalidades ou homogeneidades, mas sim pelas discrepâncias e desigualdades. Adquire o caráter de conhecimento-movimento, já que não é um conhecimento conforme e sim dirigido a um novo lugar-formato de relações de poderes. Nesse sentido, é um conhecimento ao mesmo tempo movimento-utopia. Dedicar-se a desvendar os invisíveis, os sem-voz, sem-teto, sem-cidadania. Constitui-se, por tudo isto, em um conhecimento contra-hegemônico.

No Serviço Social, o conhecimento é, majoritariamente, produzido por docentes, no âmbito da Pós-Graduação. Neste sentido, é suposto que seja interpelado a responder aos mecanismos, critérios e exigências técnicas, científicas e institucionais que enquadram a produção de conhecimentos acadêmicos, num contexto de tensões sociais profundas em que é apregoadado um papel de destaque aos projetos de pesquisas voltados para assegurarem vantagens e ganhos comerciais (CARVALHO; SILVA & SILVA, 2005).

No cenário de crise estrutural do capital, ressaltam Neves e Pronko (2008), a produção científica e o desenvolvimento tecnológico passam a ocupar, cada vez mais, um lugar de destaque no próprio centro do sistema produtivo. As Ciências Sociais e Humanas são alvo de redefinições, na tentativa de responder aos desafios que enfrentam.

No Brasil, concluem as autoras, essas Ciências têm um lugar particular reservado no âmbito das políticas de Ciência e

Tecnologia (C&T) desenhadas nas últimas duas décadas. São chamadas a produzir também conhecimento útil e aplicável. Parecem se restringir, nesta política, à legitimação das políticas de desenvolvimento de capital social e de capital cultural necessárias para a coesão social. Com o intuito de atender as demandas da produção industrial e aumentar o poder de competitividade dos produtos, o Estado brasileiro tem priorizado a canalização de investimentos para a produção de conhecimentos nas áreas consideradas estratégicas, as ditas Ciências Exatas.

Verifica-se que as inovações e os processos tecnológicos estão impulsionando a produção do conhecimento no Estado contemporâneo. Produção esta marcada pela parceria entre o Estado, Universidade e Empresas, na qual as vantagens comerciais são os fundamentos do desenvolvimento científico-tecnológico (CARVALHO; SILVA & SILVA, 2005).

Além disso, nos deparamos com a perspectiva pós-moderna que anuncia o fim da história, desqualifica as metas narrativas e recusa as análises totalizantes. Enfim, como analisa Netto (1996), ataca frontalmente o marxismo e tudo coloca em xeque, com intenso esforço para erradicar a luta de classe e, por conseguinte, ocultar o principal questionamento que, a nosso ver, é como se dá a produção e a reprodução da vida social sob o sistema do capital.

A Pós-Graduação, *locus* privilegiado para a construção do conhecimento, para a formação de docentes e pesquisadores, vem, necessariamente, passando por significativas alterações que a sintoniza com os interesses do mercado. Neste quadro, o Serviço Social se vê obrigado a repensar-se teórica e praticamente, ressalta Yazbek (2005).

No particular da profissão, nesse contexto, surge com vigor o debate que põe em cheque a hegemonia e a viabilidade do projeto ético-político profissional.

Braz (2007), acredita que, nessa conjuntura, a possível dissolução da hegemonia conquistada se deve à ausência de uma proposta alternativa à do capital na sociedade brasileira, capaz de unificar interesses sociais diferentes relativos ao trabalho, além das condições atuais sobre as quais se efetiva o processo de formação e exercício profissionais. Fato que repercutirá negativamente na qualidade desta formação, com desdobramentos para o âmbito da intervenção e da formação de quadros teóricos e políticos para o projeto profissional.

Na perspectiva de Netto (2007), o que está colocado é a inviabilidade desse projeto. O autor considera que, na conjuntura atual, não se registram mobilizações e resistências expressivas à cultura neoliberal, mas sim cooptação de entidades e organizações que tinham peso sobre importantes movimentos sociais. Assim, indica dois níveis nos quais se observa mais nitidamente o processo de sua inviabilização. O primeiro se refere aos objetivos e funções profissionais e o segundo aos requisitos teóricos, práticos e institucionais para o exercício da profissão, o que insere a problemática da formação.

Para Netto (2007), o elenco de objetivos do Serviço Social tem sido intencionalmente e acintosamente minimizado mediante a centralização das suas funções no plano assistencial. Aponta ainda o aviltamento e a degradação da formação profissional, em decorrência da agressiva política neoliberal expressa nas práticas de desregulamentação e de flexibilização da educação superior.

Motta e Amaral (2009) argumentam que o Serviço Social tem um ideário que se revela no projeto ético-político profissional, responsável pela direção social que desejamos e lutamos para imprimir à nossa ação, mas a sua operatividade depende das condições objetivas.

De acordo com as autoras referidas, se, nas condições objetivas vigentes, caminha a passos largos a construção de uma

hegemonia das classes dominantes, ainda não temos indicações suficientes que nos autorizem a afirmar que este caldo da pequena política se espalhou pelo Serviço Social, colocando a construção do seu projeto em xeque.

Nesse sentido, as autoras não endossam a ideia de que existe uma crise do projeto profissional, mas sim que é um projeto tensionado e determinado pela crise orgânica mundial do capital.

A despeito do peso de todas as determinações acima citadas, somadas à crise dos modelos analíticos, explicativos nas Ciências Sociais, nos quais as questões teóricas imprescindíveis para uma atuação pautada nos princípios do Código de Ética profissional dos assistentes sociais deixaram de ser pensadas pelo conjunto predominante das Ciências Humanas, o Serviço Social vem implementando as investigações teóricas que necessita e produzindo conhecimento em sintonia com a direção social defendida pela profissão.

Conforme o Relatório do Acompanhamento Anual – 2006, Ano Base 2005, por área de avaliação, o Serviço Social vem registrando a partir dos anos 1990 e, mais especificamente, nos anos recentes um desenvolvimento significativo em relação às três dimensões da profissão: dimensão acadêmica, de intervenção na realidade social e de sua organização.

Na dimensão acadêmica, é ressaltado o avanço qualitativo e quantitativo que vem se verificando na produção intelectual e no crescimento da Pós-Graduação. A produção bibliográfica do Serviço Social circula, nacional e internacionalmente, contribuindo para o conhecimento da questão social e das Políticas Sociais na contemporaneidade, bem como para o avanço teórico-metodológico do Serviço Social. É relevante a contribuição que esta produção vem trazendo para as Ciências Sociais, em geral, ao

eleger temas importantes na atualidade. Esta produção expressa crescente preocupação com os problemas sociais brasileiros, decorrentes dos elevados índices de desigualdade social e pobreza, realçando o papel do Serviço Social contemporâneo no trato das questões sociais nacionais, regionais e locais.

Ao que tudo indica essa produção vem apresentando regularidades e tendências, as quais, a nosso ver, além de revelarem as particularidades das temporalidades históricas, sintetizam a trajetória da profissão no seu processo interventivo e investigativo.

Enquanto regularidade podemos ressaltar a sua interlocução com o próprio movimento da sociedade e, nele, as transformações nas relações entre o Estado e a sociedade, conforme já foi observado por Yamamoto (2007).

Enquanto tendência, podemos destacar o pragmatismo, detectado por Kameyama (1998), a partir de um levantamento realizado nas dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas no período de 1975 a 1997 nos programas de Pós-Graduação em Serviço Social em algumas Universidades do país.

Assim, podemos dizer que, no contexto analisado, a tendência predominante nessa produção, ao que tudo indica, expressou a permanência de resquícios de sua base científica europeu-americana, dificuldades no trato com a pesquisa e a sua ainda tímida familiaridade com a produção do conhecimento pautada no aporte teórico marxista.

Já Yamamoto (2007), na produção teórica do Serviço social, na década de 1980, constatou uma tendência em voltar-se mais para o Estado e menos para a sociedade; mais para as políticas sociais e menos para os sujeitos com quem se trabalha. Ou seja, a cultura, o modo e condições de vida dos indivíduos sociais foram pouco estudadas e conhecidas.

A tendência predominante da produção de conhecimentos no Serviço Social, no contexto da década de 1980, foi, pois, o aprisionamento da análise no campo da distribuição mais equitativa dos recursos sociais, circunscrita aos limites estabelecidos pelo ordenamento da produção capitalista. Portanto, passando o horizonte histórico máximo a ser a social-democracia, a qual vislumbra uma transformação nos marcos da sociedade burguesa (IAMAMOTO, 2007).

Apesar do privilegiamento de aproximação à vida cotidiana das “classes subalternas” que predispõe a categoria dos assistentes sociais, pouco se soube, naquele contexto, sobre as formas particulares de subalternidade, de organização e de luta dos sujeitos sociais que são alvo dos serviços prestados pelos assistentes sociais.

Os estudos sobre as “classes subalternas”, na perspectiva da autora citada, durante a década de 1980, foram subestimados em favor da análise dos recursos e iniciativas governamentais na esfera da assistência pública. A ênfase recaiu nas iniciativas governamentais para fazer frente ao pauperismo, sem a necessária e correlata identificação das formas específicas que vem assumindo o crescimento das desigualdades e do pauperismo na sociedade brasileira, o que somente na década de 1990 passa a ser revertido.

A tendência predominante nessa produção nos anos 1980, conforme já analisada por Iamamoto (2007), se explica pela conjuntura política, econômica e cultural expressa naquele momento, marcado pelas lutas democráticas e pela expansão monopolista, bem como pela predominância de inserção do Serviço Social no campo das políticas sociais, área por excelência do exercício profissional e *locus* onde ocorre a efetivação de direitos sociais.

Observa-se que atualmente há pesquisas voltadas ao conhecimento dos usuários, o que demonstra a crescente superação da visão assistencialista e da ideologia da tutela nas relações profissionais, indicando ainda o reforço da direção social coletivamente proposta à profissão, conforme identificou Yamamoto (2007), quando analisou as sessões plenárias do XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e III Encontro de Serviço Social e Seguridade, ocorrido em 2004, em Fortaleza-CE.

No entanto, persiste a tendência em segmentar os sujeitos sociais a partir de necessidades, fato que, além de expressar as fragmentações operadas pelas políticas no atendimento às necessidades sociais das classes subalternas e seus segmentos, restringe a visibilidade das demandas/necessidades coletivas de classe, favorecendo focalizações e desconectando-as das relações sociais que as constituem.

A política social permanece sendo um eixo temático no qual a produção teórica do Serviço Social tem tido maior incidência até os dias atuais. A ênfase tem recaído na implementação, gestão, avaliação de programas de projetos sociais, em especial nos âmbitos estaduais e municipais.

Apesar dos avanços, simultaneamente observam-se silêncios e omissões no acúmulo dessa produção, a exemplo do tema raça, que não tem tido visibilidade, apesar dos assistentes sociais lidarem diretamente com os segmentos mais pauperizados, constituídos em sua grande maioria por pretos e pardos. Diferentemente do tema gênero, que, segundo Filho (2006), na década de 1990 já ocupava um lugar de destaque na agenda acadêmica do Serviço Social, chegando aos anos 2000 como um dos mais desenvolvidos em teses e dissertações da área.

Para Yamamoto (2007), tendo por base os resultados da Avaliação Trienal dos Programas de Pós-Graduação da CAPES/

MEC (2001-2003), realizada em 2004, são poucas as produções que têm o Serviço Social como objeto central de suas pesquisas.

O tema do trabalho ocupou a segunda posição nas pesquisas da área, o que representa uma conquista relativamente recente, condizente com o contexto de transformações societárias operadas na esfera da produção de bens e serviços, no bojo da reestruturação da produção e dos mercados no atual estágio de acumulação capitalista.

Cultura, identidade e subjetividade dos sujeitos vêm tendo visibilidade importante, com ênfase nas representações sociais dos sujeitos individuais em relação às diversas dimensões da vida em sociedade. O estudo sobre a família foi retomado, em decorrência do seu lugar ocupado na maior parte dos programas previstos pelas políticas sociais públicas.

Contudo, a área temática de menor investimento refere-se aos conflitos e movimentos sociais, processos organizativos e mobilização popular, o que é motivo de preocupação. Acredita a autora que isto se deve ao fato de que a prioridade está sendo dada aos desafios atinentes ao controle social democrático, no âmbito das políticas públicas, por meio dos Conselhos de Políticas e Direitos. Tendência esta que pode indicar determinada prevalência da ênfase na democracia representativa sobre a democracia direta.

No último lugar da agenda temática da pesquisa no Serviço Social está a formação profissional, fundamentos e trabalho do assistente social. Há uma significativa falta de visibilidade sobre ética, sendo o foco da abordagem os fundamentos do trabalho e/ou ação profissional no âmbito das relações entre o Estado e a sociedade. As competências profissionais e atribuições privativas do assistente social são temas quase que silenciados.

Analisando os conteúdos das 760 teses de Doutorado e dissertações de Mestrado defendidas no período de 1998 a 2002

no âmbito dos Programas de Pós-Graduação, Carvalho; Silva & Silva (2005) verificaram que o Serviço Social, enquanto área de conhecimento, tem se colocado em defesa do projeto contra-hegemônico que reconhece o conhecimento como produção histórica e como ferramenta imprescindível para o desenho de outros destinos para a sociedade. Tem assumido, pois, a produção de conhecimento como possível contribuição da profissão para a compreensão e solução de problemas sociais que afetam grande parte da sociedade brasileira.

Diante desse conjunto de informações é possível constatar que a dimensão teórica, que envolve o conjunto da produção de conhecimentos no Serviço Social brasileiro, está em sintonia com a direção social do projeto ético-político profissional, apresentando uma vinculação orgânica com os interesses do exercício profissional.

Esta produção, uma das dimensões do projeto ético-político da profissão, apesar das suas lacunas e problemas, atende aos seus pré-requisitos, a despeito da já anunciada possível dissolução de sua hegemonia e sua inviabilidade. Portanto, não havendo, assim, indicativo de que este projeto apresente inflexões na sua dimensão teórica.

Considerações finais

Os elementos conjunturais e estruturais de cada realidade marcam o envolver da produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro, ao mesmo tempo em que explicam os seus limites, suas possibilidades, importância e tendências nos contextos históricos específicos em que esta produção emerge e se desenvolve.

Nossa premissa é a de que subjaz a análise sobre a consolidação ou crise de hegemonia do projeto ético-político da

profissão uma dimensão significativa expressa na relação entre a produção de conhecimentos no Serviço Social e o referido projeto. Defendemos a ideia de que a produção de conhecimentos se constitui em um elemento importante para problematizar o exercício profissional e o próprio Serviço Social, pois é um eixo qualificador da profissão. Razão pela qual desvelar as mediações que estão concorrendo na produção deste conhecimento está na ordem do dia.

Mesmo com os limites impostos pela sociedade burguesa, a produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro pode se constituir em um instrumento valioso na luta pela defesa dos interesses da classe trabalhadora. O desvelamento das possibilidades e limites para esta efetivação é condição necessária para a luta em defesa da construção de um projeto societário alternativo ao do capital. Uma condição fundamental para o avanço da inserção profissional de forma orgânica no movimento da história.

Submetido em 30 de maio de 2010 e aceito para publicação em 03 de novembro de 2010.

Referências

ALVES, Giovanni. Trabalho e Capitalismo Global - Uma Análise histórico - crítica. In: *Curso de Extensão Universitária: a precariedade do trabalho no Capitalismo Global*. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/cursovirtual2008.htm>>. Acesso em: out. 2009.

ANDERY, Maria Amália Pie Abib et. al. *Para Compreender a Ciência: uma*

perspectiva histórica. 15. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Relatório do Acompanhamento Anual – 2006 - Ano Base

2005. Área de Avaliação: Serviço Social. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2009.

BRAZ, Marcelo. A Hegemonia em Xequê. Projeto Ético-político do Serviço Social e seus Elementos Constitutivos. In: *Revista Inscrita*, Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, ano 7, n. 10, p. 05-10, 2007.

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de; SILVA, Maria Ozanira da Silva (Orgs.). *Serviço Social, Pós-graduação e Produção de Conhecimentos no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2005.

COSTA, Gilmaisa Macedo; HOLANDA, Maria Norma Alcântara B. de. Serviço Social e Relação Teoria X Prática. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL DE SERVIÇO SOCIAL – o desafio de concretizar direitos numa sociedade globalizada e desigual, 19., 2008, Salvador.

FILHO, José Barbosa da Silva. *O Serviço Social e a Questão do Negro na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Marques Saraiva, 2006.

GUERRA, Yolanda. *A Instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.

IAMAMOTO, Marilda V. *Serviço Social em tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.

KAMEYAMA, Nobuco. A Trajetória da Produção de Conhecimentos em Serviço Social: avanços e tendências (1975 a 1997). In: *Cadernos ABESS*, São Paulo: Cortez, n. 8, p. 33-76, 1998.

_____. Concepção de Teoria e Metodologia. In: *Cadernos ABESS*, São Paulo: Cortez Editora, n. 3, p. 99-116, 1995.

LARA, Ricardo. Pesquisa e Serviço Social: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica. In: *Kátalises*, Florianópolis-SC: Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, v. 10, edição especial, 2007.

MACIEL, Marina; CARDOSO, Franci Gomes. Metodologia do Serviço Social – a Práxis como base conceitual. In: *Cadernos ABESS*, São Paulo: Cortez Editora, n. 3, p. 162-188, 1995.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã* (Feuerbach). 11. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MESZÁROS, István. *O Poder da Ideologia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela. Projeto Profissional e Projeto Societário. In: *Revista Inscrita*, Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, ano 8, n. 12, p. 49-55, 2009.

NETTO, José Paulo. Das Ameaças à Crise. In: *Revista Inscrita*, Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, ano 7, n. 10, p. 37-40.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 1).

_____. Transformações Societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 50, p. 87-132, 1996.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; PRONKO, Marcela Alejandra. *O Mercado do Conhecimento e o Conhecimento para o Mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: EPSJU, 2008.

SPOSATI, Aldaíza. Pesquisa e Produção de Conhecimento no Campo do Serviço Social. In: *Katálises*, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, v. 10, edição especial, p. 15-25, 2007.

TAVARES, Maria Augusta. Questão Social e Serviço Social. In: *Relatório Final da Pesquisa Avaliativa da Implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social*. São Luis-MA: ABEPSS, 2008. CD-ROM.

TRISTÃO, Ellen Lucy; LUPATINI, Márcio; LARA, Ricardo. O Processo de mundialização do capital e sua forma “adequada” de conhecimento. In: *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 98, p. 245-282, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. Das Origens à Atualidade da Profissão: a construção da Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil. In: CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de; SILVA, Maria Ozanira da Silva (Orgs.). *Serviço Social, Pós-graduação e Produção de Conhecimentos no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2005.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social Módulo 4*. Brasília: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000. p. 19 -33.